

**COMENTÁRIO A “CONSTRUINDO UMA NAÇÃO NO
BRASIL DO SÉCULO XIX: VISÕES ANTIGAS E MODERNAS
SOBRE A CLASSE, A CULTURA E O ESTADO”, DE
RICHARD GRAHAM**

*Thomas H. Holloway**

Neste excelente ensaio, Richard Graham trata questões importantes no estudo comparativo da formação do estado e da construção de nações no Brasil e na América espanhola, durante e depois do período de independência política no começo do século XIX. Há temas abrangentes, e nenhum tratamento breve poderia esperar cobrir todos os casos comparativos das Américas em detalhes. Este ensaio, informado por uma avaliação de variante ampla da literatura sobre os temas, trata pela familiaridade íntima do autor de maneira subjetiva, é bastante sugestiva de possibilidades. Este ensaio serve para avançar a compreensão, bem como para promover a discussão entre historiadores de questões importantes relativas à seqüência causal de interesses de classes, o desenvolvimento de instituições de estado, e um senso de nacionalismo.

A ênfase do Professor Graham situa-se sobre a base social de um projeto político dividido no Brasil depois da independência é bem apoiada e convincente, especialmente quando contrastada com exemplos da América espanhola. No Brasil, a legitimidade e a estabilidade fornecidas por uma monarquia teoricamente forte, finalmente, confirmaram-se, na prática, no seu processo de condução com as revoltas regionais e ameaças de grande transformação durante o segundo quarto do século XIX, serviram como incentivo poderoso para a unidade nacional entre elites regionais. Aquelas elites agrárias e comerciais, por sua vez, foram capazes de recorrer à autoridade e aos recursos do estado, operando através de redes patronais, para reforçar seu domínio sobre os sub-sistemas regionais e locais. Nesse modo de interesse próprio local funcionava em simbiose com as instituições de um aparato de estado centralizado teoricamente.

Um motivo pelo qual este plano funcionou no Brasil, em aparente contraste com as áreas da América espanhola, é que nenhuma única elite regional tentou dominar as elites locais em outras regiões do estado em formação, que por sua vez proveram um sentimento do qual interesses locais

* Departamento de História, Universidade da Califórnia em Davis.

foram se servindo adequadamente pela cooperação recíproca no processo de construção do estado. A única exceção proeminente para este modelo foi a guerra dos farrapos, mas até mesmo essa luta separatista prolongada acabou em um plano para a qual a elite gaúcha foi levada a dominar no Rio Grande do Sul, até mesmo aceitou a hegemonia do estado brasileiro no nível nacional. Para ampliar a discussão comparativa mais remota, ele poderia ter dito que a história da pós independência dos Estados Unidos da América foi sua própria versão desta questão: enquanto a escravidão foi uma questão substantiva central, A Guerra da Secessão de 1861-1865 foi travada, em princípio, sobre a questão da autonomia provincial, e se um grupo de províncias (estados) teve o direito de rejeitar a autoridade de um governo central e formar um estado separado.

Richard Graham opõe-se àquelas interpretações que vêem a nação brasileira existindo na forma embrionária, antes da independência, fora da qual o estado consolidado emerge inexoravelmente e logicamente passo a passo. Nessa visão, a preexistência do sentimento de brasilidade serve para legitimar o processo de construção do estado e reforçar a autoridade do próprio estado. A consolidação do estado após a independência formal, nesse ponto de vista, reflete meramente a realização e a florescência de um desejo nacional em face aos desafios das margens geográficas e sociais. Parte do problema de estabilizar a seqüência cronológica é que a nação e o estado, como os termos são usados aqui, são entidades diferentes, qualitativamente. A nação, como aqui definida, é pura abstração, um sentimento que vaga como uma nuvem sobre os eventos históricos e fornece um discurso de legitimidade conveniente para instituições e ações no nível local, regional e nacional. O estado, em contraste, é incorporado nas instituições, proprietários de escritórios e equipe governamental; por ações administrativas, leis impostas, violações punidas, taxas coletadas, fundos gastos. Nesse sentido o esforço para especificar qual veio primeiro, a nação ou o estado, pode ser uma falsa dicotomia. A continuidade de um sentimento de brasilidade que já existia no recente período colonial, reforçado pela experiência comum de muitos membros da elite intelectual de Coimbra, e além disso enfatizado pela experiência denegridora de representantes brasileiros para as cortes em 1821, certamente precedeu o estabelecimento das instituições de estados independentes no Brasil. Esse sentimento abstrato, contudo, era por si mesmo uma base suficiente para o desenvolvimento automático de um aparato de estado homogêneo, como o fruto resulta da flor. O estado foi forjado durante um período prolongado de experimentação institucional, dar e tirar, é a resposta daquelas instituições, tanto para as elites locais dissidentes como para os desafios das classes mais baixas.

Como contexto para o momento do Grito da Independência, tem-se tornado comum estender o período da independência brasileira, da transferência da Corte, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Pode ser lógico prolongar a análise do processo de formação do estado duas décadas mais, para a metade do século XIX, quando o ajuste entre as elites regionais e o estado nacional estavam aparentemente acertados. Mas não é necessário rejeitar a noção de brasilidade num tempo mais recente para aceitar a validade do argumento apresentado nesse ensaio Richard Graham.